



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

FISCALIZAÇÃO, PENALIZAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO COMO ESTRATÉGIAS PARA GARANTIR A EFICIÊNCIA DAS POLÍTICAS AGRÍCOLAS INCLUSIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESPAÇO RURAL EM CHÓKWE- MOÇAMBIQUE

Sérgio Silvestre Ngovene
(sergiongovene5@gmail.com)

Ricardo Gilson da Costa Silva
(rgilson@unir.br)

(X) Apresentação Oral (GT)

GT pretendido: GT2: (Geo) Políticas do meio ambiente, gestão dos recursos e sustentabilidade.

RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar o papel da fiscalização, penalização e responsabilização como instrumentos estratégicos para garantir a eficiência da implementação das políticas públicas agrícolas inclusivas no espaço rural em Chókwe-Moçambique (Fig 01). O Problema desta pesquisa centra-se em compreender a eficiência das políticas públicas como instrumentos promotores de mudança efetiva. Quanto aos objetivos trata-se de uma pesquisa exploratória, descritiva-qualitativa, baseada em revisão bibliográfica, relatórios técnicos e documental sobre normativas vigentes, entrevistas com gestores públicos e produtores rurais. Os principais resultados indicaram que a fiscalização, a responsabilização assim como a penalização aos infratores, são elementos potenciais para eficácia das políticas públicas agrícolas inclusivas e abrangentes, reduzindo índice da violação da lei dos direitos humanos e da inclusão social, os desvios dos recursos, o favoritismo, subornos, a exclusão, uso equivocado de agrotóxicos, garantindo a transparência e equidade na distribuição dos recursos.

Palavras-chave: Fiscalização; Responsabilização; Penalização; Políticas Agrícolas; Desenvolvimento Rural.

INTRODUÇÃO

Este artigo trata do tema “Fiscalização, penalização e responsabilização como estratégias para garantir a eficiência das políticas públicas inclusivas para o desenvolvimento espaço rural em Chókwe-Moçambique.” O estudo foi realizado na região rural de Chókwe (Mz) entre o período de 2017 a 2024 (Fig.1).

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongo2026@unir.br
[@vcongo2026](https://www.instagram.com/vcongo2026)
[vcongo2026.unir.br](https://www.facebook.com/vcongo2026.unir.br)
www.even3.com.br/vcongo-638599/

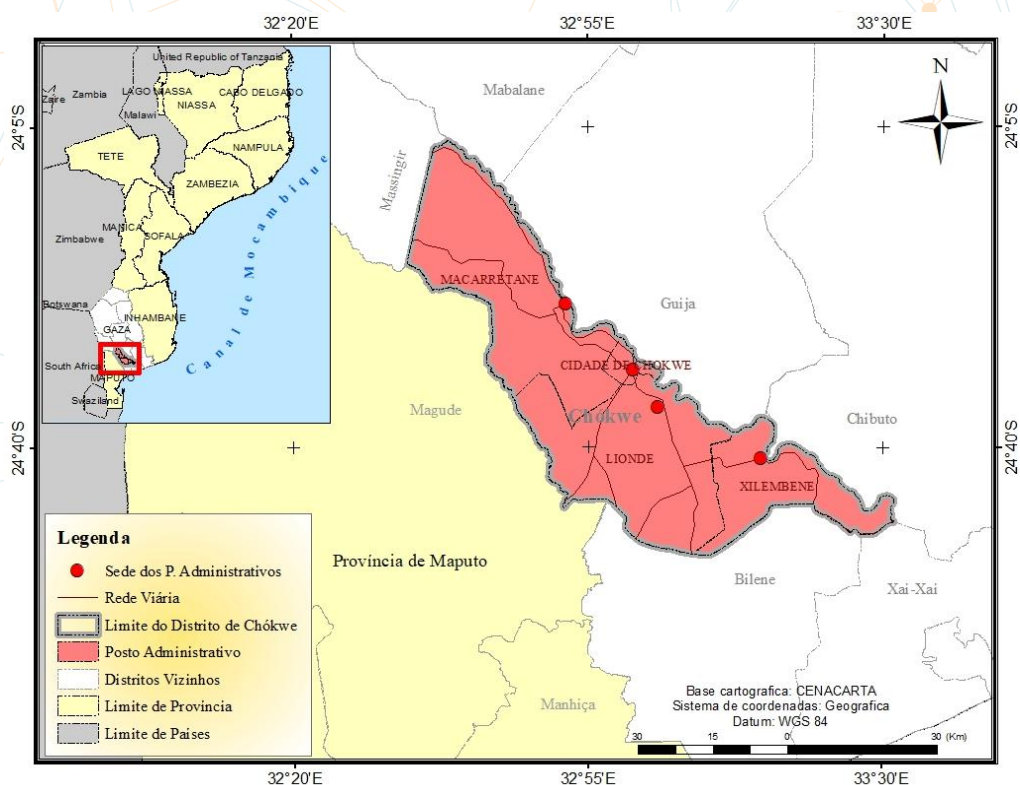


V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

Figura.1. localização geográfica do distrito de Chókwè- Moçambique



Fonte: Adaptado com base nos dados da CENACARTA-Mz (2016).

Neste local do estudo verificou-se os problemas da implementação inadequada das políticas agrícolas resultando em desigualdades sociais perpetuadas pelas políticas não abrangentes, não inclusivas e subordinações para obter serviços legalmente garantidos por direito, como é o caso de acesso aos recursos disponíveis. Aqui coloca-se a seguinte questão: até que ponto a intensificação de fiscalização, responsabilização e penalização contribuirão para implementação das políticas agrícolas inclusivas e abrangentes?

Esta pesquisa levanta a hipótese sobre a eficácia das políticas agrícolas inclusivas e da presença de sistemas eficientes de fiscalização, responsabilização e penalização que contribuem para a correta implementação das políticas agrícolas.

Nisso, importa destacar que, o principal objetivo desta pesquisa é analisar o papel da fiscalização, penalização e responsabilização como instrumentos estratégicos para garantir a eficiência da implementação das políticas públicas agrícolas inclusivas no espaço rural em Chókwè-Moçambique.

Neste contexto, este estudo justifica-se pelo fato de o desenvolvimento do espaço rural em Moçambique constituir uma das principais prioridades das políticas

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026

Porto Velho-RO

vcongeo2026@unir.br

[@vcongéo2026](https://www.instagram.com/vcongéo2026)

vcongeo2026@unir.br

www.even3.com.br/vcongéo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

públicas agrícola no que diz respeito à redução da pobreza, promoção da segurança alimentar e fortalecimento da agricultura familiar.

Nova e Rosário (2022) define políticas agrárias como o conjunto de ações ou medidas conduzidas pelo setor público, concretizadas através de planos, estratégias e/ou programas, com o objetivo de alcançar a transformação estrutural do sector agrário, visando a segurança alimentar, desenvolvimento econômico e sustentável e redução da pobreza.

Monjane (2023, p.1) faz referencia ao governo moçambicano que em 2020, iniciou um processo de revisão da Política Nacional de Terras, tendo como finalidade a alteração da atual Lei de Terras de 1997. A Constituição da República de Moçambique, no artigo 103 estabelece que a agricultura é a base do desenvolvimento nacional, e o Estado deve promover o desenvolvimento rural. O artigo 105 destaca o papel fundamental do setor familiar na agricultura e o compromisso do Estado em apoiá-lo, para a inclusão de pequenos produtores, conforme orienta a Lei de Terras de 1997 que reconhece os direitos de ocupação da terra das comunidades locais.

Segundo (Cella et. Al, 2019 afirma que desenvolvimento rural depende da interação da agricultura com outras atividades econômicas, como a indústria, o comércio, o artesanato, e os serviços. Portanto, a agricultura tem que estar inserida no contexto do território, pois envolve trabalho, preservação dos recursos naturais paisagísticos e do meio ambiente. Assim, o território é o local de interação entre os atores e setores proativos da economia.

Segundo o (PEDSA, 2011-2020), a prática da agricultura em Moçambique é fundamental para combater a fome, reduzir a pobreza e melhorar a qualidade de vida da população nela inserida, visto que, da agricultura produz-se alimentos e excedentes que garantem a segurança alimentar e nutricional, criando empregos e rendimento para cerca de 80% da população rural.

O Governo de Moçambique pelo Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar tem evidenciado esforços para reverter o cenário estabelecendo Estratégia de Gênero para o Setor Agrário (EGSA¹). No entanto, constatou-se haver necessidade de prosseguir esforços no sentido de rever, atualizar e harmonizar ações através de outros instrumentos de gestão recentemente aprovados como o PEDSA², PNISA³ e PODA⁴, etc.

METODOLOGIA

Quanto a abordagem metodológica este estudo resulta da pesquisa descritiva-qualitativa. De acordo com (Castilho et al., 2014) acrescentam que geralmente na pesquisa qualitativa os dados são coletados pela aplicação de entrevista, questionário

¹ Estratégia de Gênero para o Sector Agrário

² Plano Estratégico do Desenvolvimento do Sector Agrário

³ Plano Nacional de Investimento do Sector Agrário

⁴ PODA- Plano Operacional do Desenvolvimento Agrário

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026

Porto Velho-RO

vcongo2026@unir.br

@vcongo2026

vcongo2026.unir.br

www.even3.com.br/vcongo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

e por meio da observação. Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, foram selecionados a pesquisa bibliográfica e documental, baseando-se nos trabalhos já publicados e alguns planos do governo local; neste estudo foi usado a plataforma de *Google Form* para elaboração de perguntas para as entrevistas aos agricultores, a população local, o diretor e técnicos representantes de atividades econômicas do distrito de Chókwè (SDAE⁵), para se saber quais são as políticas agrícolas existentes no distrito estabelecidas pelo governo local? De que maneira são implementadas essas políticas agrícolas?

Quanto à natureza, esta pesquisa é aplicada visto que contribui para gerar novos conhecimentos práticos, dirigidos à solução de problemas específicos. Este trabalho foi realizado conforme as seguintes fases: 1ª Fase: Consulta da literatura; 2ª Fase: Trabalho de campo; 3ª Fase: Compilação e análise documental e da informação recolhida na área de estudo no distrito de Chókwè-Moçambique.

ANÁLISE DE RESULTADOS

Moçambique é considerado um país rural e possui maior parte da população vivendo em áreas rurais, correspondendo a cerca de 70% (INE, 2019) e tem a agricultura como base para o desenvolvimento, entretanto a economia nacional dependente de outros setores como o comercial e de serviços.

Apesar das elevadas potencialidades agrícolas existentes em Chókwè (Mz), os resultados da pesquisa evidenciam diversas limitações na implementação de políticas públicas agrícolas, como o Plano Quinquenal do Governo (PQG), Programa Sustenta, Proagri, são programas que visam melhorar a produção e produtividade agrícola e qualidade de vida dos agricultores, que enfrentam ainda barreiras estruturais, como acesso desigual à terra, água de irrigação, ao financiamento e à capacitação tecnológica, o que contribui para o agravamento das desigualdades sociais.

Os dados do trabalho de campo indicaram que 40% dos agricultores acreditam que o reforço da fiscalização pode melhorar significativamente a implementação e a eficiência das políticas agrícolas voltadas ao desenvolvimento rural. Outros 33% defendem a penalização em casos de violação das normas, enquanto 27% destacam a responsabilização dos gestores como elemento essencial para garantir o cumprimento das políticas.

Em Moçambique em particular Chókwè os pequenos agricultores têm sido historicamente marginalizados, sobretudo em políticas formuladas de forma centralizada e não participativa ou inclusivas. Observou-se ainda forte predominância feminina na força de trabalho agrícola (65%), incluindo mulheres chefes de família que dependem do setor para subsistência, mas que frequentemente são excluídas do acesso a recursos e apoios e 35% que representam os homens no setor.

⁵ Serviços Distrital das Atividades econômicas de Chókwè

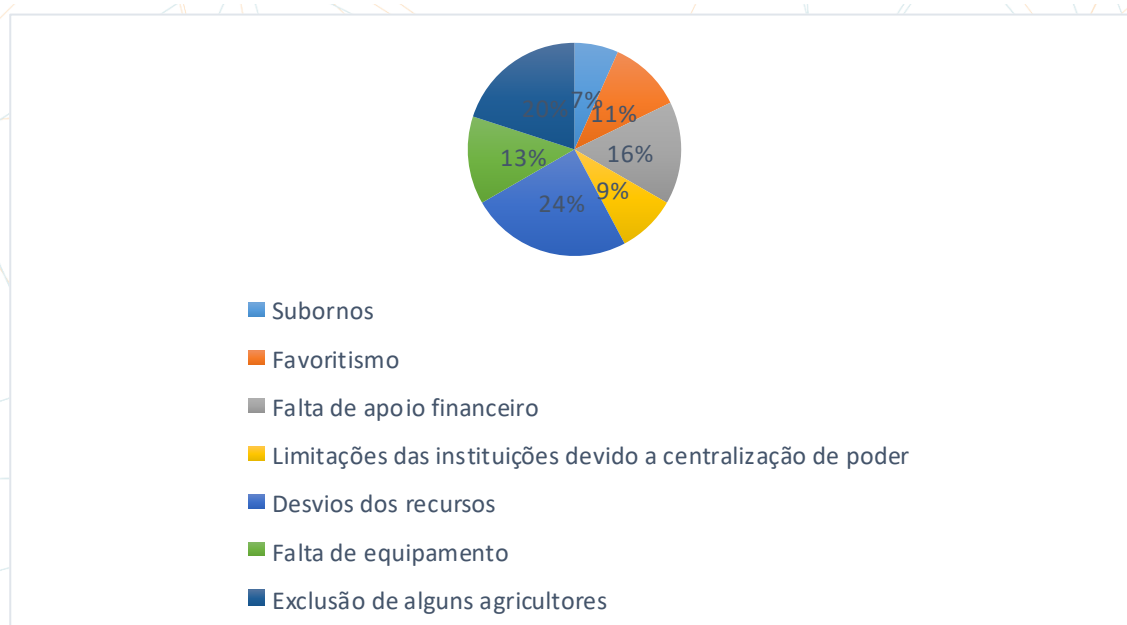


V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

(Fig. 2). Fatores de fragilidade na implementação das políticas agrícolas



Fonte: Elaboração própria, com base nas normas da ABNT, 2025

Este estudo tem relevância ao gerar conhecimento na perspectiva da Geografia Política para a reflexão das políticas agrícolas em Moçambique, ao que poderá subsidiar a definição de ações adequadas contribuindo para promover o desenvolvimento rural nas comunidades da área do estudo. Os resultados indicam que há necessidade de definir medidas de prevenção e estratégias de mitigação aos impactos já identificados pelo uso indiscriminado de agrotóxico, intensificação de fiscalização, responsabilização e penalização dos infratores, com vistas a minimizar os impactos ambientais identificados na localidade e promover a eficiência das políticas agrícolas inclusivas abrangentes aos produtores rurais locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da descrição acredita-se que, fiscalização, a responsabilização e a penalização devem ser adotadas como instrumentos corretivos e punitivos fundamentais para garantir a efetividade das políticas públicas agrícolas inclusivas e promover o desenvolvimento sustentável do espaço rural em Chókwè (Mz), garantindo acesso equitativo a recursos, fortalecer a produtividade, promover o desenvolvimento rural. Das hipóteses propostas originalmente no projeto de pesquisa, observou-se que estas medidas contribuirão para a eficiência das políticas agrícolas em Chókwè (Mz). Para as futuras gerações acredita-se que a implementação desses instrumentos venha aliviar os problemas das desigualdades sociais e promover equidade na distribuição dos recursos.

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026

Porto Velho-RO

vcongo2026@unir.br

@vcongo2026

vcongo2026.unir.br

www.even3.com.br/vcongo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a CAPES, pela oportunidade de me conceder a bolsa de estudo e de financiar a minha trajetória acadêmica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTILHO. A. P. **Manual de metodologia científica do ILES Itumbiara/GO. 2. ed. Itumbiara:** Instituto Luterano de Ensino Superior – ULBRA, 2014. 148 p.

INE. Instituto Nacional de Estatística. **Censo Agropecuário 2009-2010 resultados preliminares Moçambique. Maputo:** INE em parceria com o Ministério da Agricultura – Direção de Estatísticas Setoriais e das Empresas, 2011. p. 1–89.

MINAG – Ministério da Agricultura. **Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA) 2011–2020. Maputo:** Ministério da Agricultura, 2012.

Monjane, B. **Acesso à terra e justiça agrária como forma de reduzir a desigualdade socioeconómica em Moçambique em tempos de autoritarismo agrário** (Alternativa, *Policy Brief* n.º 1). 2023.

NOVA.Y; ROSÁRIO.R. **Modelos de desenvolvimento agrário em Moçambique. Boletim n.º 129. Maputo,** 2022.

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
@vcongeo2026
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongeo-638599/